

# **Públicos escolares na capital do império brasileiro (1850-1880)**

Aline de Moraes Limeira Pasche\*  
Fátima Aparecida do Nascimento\*\*

## **Resumo**

Diante do projeto político de universalização do ensino, a escolarização tem sido historicamente avaliada e seu público dado a conhecer em números. Detendo-nos ao problema da quantificação da vida escolar e de seus sujeitos, tencionamos perceber como estas medidas aparecem na História da Educação. Trata-se de refletir sobre os efeitos destas medidas identificando os documentos e vestígios acerca dos personagens das escolas na capital do Império Brasileiro que delas resultaram. Para tal, foi analisado um conjunto de fontes primárias relacionadas ao público escolar do Oitocentos, como mapas de matrícula, anúncios, relatórios e ofícios da administração pública da instrução.

*Palavras chave:* escolarização, instrução primária, cidadania, práticas educativas

\*Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisadora do Núcleo de Ensino e Pesquisa em História da Educação (NEPHE/ UERJ), Rio de Janeiro – RJ – Brasil . E mail: aline.de.morais@oi.com.br

\*\*Mestranda em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisadora do Núcleo de Ensino e Pesquisa em História da Educação (NEPHE/ UERJ). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, Rio de Janeiro – RJ – Brasil. E mail: fnascimento2006@gmail.com

## **School audience in the capital do Brazilian império (1850-1880)**

### **Abstract**

Given the political project of universal education, schooling has historically been evaluated and their audience made known in numbers. Holding us to the problem of quantification of school life and its subjects, we intend to see how these measures appear in the History of Education. This is to reflect on the effects of these measures identifying documents and traces about the characters of schools in the Brazilian Empire's capital resulted from them. To this end, we analyzed a set of primary sources related to the public school of the nineteenth century, as registration maps, advertisements, reports and offices of public administration education.

*Keywords:* education, primary education, citizenship, educational practices

## **Públicos escolares en la capital del imperio brasileño (1850-1880)**

### **Resumen**

Ante al proyecto político de universalización de la enseñanza, la escolarización ha sido históricamente evaluada y su público dado a conocer en números. Deteniéndonos en el problema de la cuantificación de la vida escolar y de sus sujetos, buscaremos percibir como estas medidas aparecen en la Historia de la Educación. Se trata de reflexionar sobre los efectos de estas medidas identificando los documentos y vestigios acerca de los personajes de las escuelas en la capital del Imperio Brasileño que de ellas resultaron. Para tales fines, fue analizado un conjunto de fuentes primarias relacionadas al público escolar de los Ochocientos, como mapas de matrícula, anuncios, informes y oficios de la administración pública de la instrucción.

*Palabras clave:* escolarización, instrucción primaria, ciudadanía, prácticas educativas

## Introdução

O que o poder público, instituições, organizações não governamentais, associações querem conhecer hoje ao buscar saber sobre o público escolar? Rendimento, frequência, permanência, evasão, etnia, cor, renda, sucesso, fracasso? O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em parceria com o movimento “Campanha Nacional pelo Direito à Educação”, por exemplo, lançou em 2012 um relatório sobre crianças e adolescentes fora da escola e em risco de evasão no Brasil. Intitulado “Todas as crianças na escola em 2015. Iniciativa global pelas crianças fora da escola”, tal relatório pretendia estabelecer uma análise do perfil das crianças e dos adolescentes que estavam fora da escola ou “em risco de evasão” no Brasil, e apontar justificativas para tal situação. Ao mesmo tempo, quis apresentar e refletir acerca de algumas políticas públicas de enfrentamento da evasão e abandono escolar, realizando, por fim, uma série de recomendações.

A análise do relatório é baseada em estatísticas nacionais, entre elas o Censo Escolar ou o PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE), e segundo ele, cerca de 3,7 milhões de crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos de idade estão fora da escola no Brasil. Desse total, 1,4 milhão têm 4 e 5 anos; 375 mil, de 6 a 10 anos; 355 mil, de 11 a 14 anos; e mais de 1,5 milhão de adolescentes têm entre 15 e 17 anos. De acordo com o relatório, um dos principais fatores de risco para a permanência das crianças na escola é o “fracasso escolar”, representado pela repetência, abandono e elevadas taxas de distorção idade-série. Algumas desigualdades foram apontadas ao considerar nas estatísticas a etnia e a renda familiar das crianças em “risco de abandono escolar”. Enquanto 30,67% das crianças brancas (1,6 milhão) têm idade superior à recomendada nos anos finais do ensino fundamental, entre as crianças negras, a taxa é de 50,43% (3,5 milhões). O percentual de crianças com idade superior à recomendada, cujas famílias têm renda familiar per capita de até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo é de 62,02%, e de famílias com renda superior a dois salários mínimos, a taxa diminui, sendo de 11,52%.

Ao se deparar com tais registros, parece ficar claro que, diante do projeto político de universalização do ensino no país, a escolarização precisa, entre outras coisas, estar permanentemente quantificada, seu

público atestado pelos seus “sucessos” e “fracassos”.<sup>1</sup> Não bastando, porém, apontar os sujeitos a partir de sua frequência, avaliação escolar ou idade, mas, também pela adjetivação de suas vidas, a partir da sua etnia ou renda, suas posses, suas condições econômicas e seus pertencimentos étnicos e sociais.

Destarte tais reflexões apontarem para incontáveis e complexos desdobramentos analíticos, é preciso posicionar este estudo a partir da problematização e análise que propõe. Afinal, como salientara Antoine Proust a criação do enredo pelo historiador “começa pelo recorte do objeto” (Prost, 2008, p.218). Entende-se que tal cenário não surge no tempo presente, mas resulta de processos históricos e, neste caso, “voltar tão longe não é ceder à miragem das origens indefinidamente reproduzidas da inovação”, mas pode permitir “melhor a significação, a amplitude e também os limites recolocando-a em um contexto que a viu nascer e que a tornou possível” (Revel, 2010, p.22).

Neste sentido, muito apropriada se torna a afirmação de Michel Foucault acerca da história, entendida a partir de sua incontornável relação entre passado e presente. Para ele, entender a historicidade dos problemas do tempo presente torna possível encontrar formas de ultrapassagem, tomar partido da crítica permanente, se posicionar na realidade que nos é imposta e da qual fazemos parte, resistindo, legitimando, forjando: “Devemos ter respeito e violar [estranhar, desconfiar, desconstruir?] este presente. Sua história nos propõe formas de ultrapassagem” (Foucault, 2008, p.348).

Assim, detendo-nos ao problema dos levantamentos, dados estatísticos, censos e números escolares, ou seja, à tarefa de quantificação da vida escolar e de seus sujeitos, tencionamos perceber como estas medidas aparecem na História da Educação, em outros tempos. Trata-se de refletir sobre os efeitos possíveis destas medidas no sentido de problematizar e identificar, a partir delas e dos documentos que dela resultaram, os vestígios que produziram acerca dos personagens da escolarização na capital do Império Brasileiro.

---

1 No ano de 2001, o Ministério da educação e Cultura (MEC) divulgou que o Brasil havia universalizado o Ensino Fundamental, na idade entre 7 e 14 anos, com o índice de ingresso e permanência de 96,3% das crianças em idade escolar.

As medidas de agora não são inaugurais, inobstante serem potencializadas pelas novas tecnologias e darem a ver diversificados aspectos do público como o “fracasso” ou “sucesso” escolar (aprovação, distorção idade/série, evasão e etc). Na verdade, é preciso estar atento ao que parece inovação, mas, “esconde a persistência da tradição” ou para “a continuidade aparente” que “disfarça inovações” (Burke, 2007, p.20).

No Brasil, mormente a partir do século XIX, circulavam instrumentos como mapas de matrícula ou relatórios oficiais da administração pública da instrução, que também queriam dar a conhecer características do público escolar, sobretudo controlar, selecionar, avaliar e analisar os números que expressavam o alcance do projeto de disseminação da escola. Não foram poucas as vezes em que a escola tornou-se objeto de estatísticas no Império: censo, mapas, ofícios, relatórios, quadros, índices, dados e etc. Números e estatísticas que, como apontam Faria Filho, Neves e Caldeira (2005), conformavam modos de representar e, portanto, produzir e controlar a realidade.

Neste sentido, nos interessa refletir sobre quais aspectos se queria saber dos alunos das escolas primárias no Oitocentos. A partir de quais meios, instrumentos, estratégias se estabeleciam e se forjavam o levantamento dos públicos escolares na Capital do Império Brasileiro? Que vestígios resultavam daquelas medidas? Para tanto, a tarefa de interpelar as fontes não pretende deixar de entender o documento como sintoma daquilo que o produziu (Certeau, 2007, p.22).

### **Escola moderna, gratuita e obrigatória: o público e a lei**

O fenômeno de escolarização no Brasil constitui-se um processo diversificado erigido ao longo do tempo a partir de inúmeros dispositivos. Entre eles, a eleição dos melhores e mais adequados espaços físicos para funcionamento da escola ou a seleção de um público “potencialmente escolarizável”. Seu acesso ficou estabelecido como gratuito após a Independência com a promulgação da Constituição de 1824, que garantiu a gratuidade do ensino primário para todos os cidadãos brasileiros – um princípio constitucional regulamentado em 1827, com a primeira Lei Geral de Ensino e a consequente criação das “escolas de primeiras letras”.

Mais adiante, nos termos desta primeira Lei de 1827, a explicitação da seleção escolar nas instituições públicas dizia respeito aos homens e mulheres livres e vacinados contra moléstias contagiosas. Tomada, portanto, como uma máquina social e politicamente estratégica a escola passou aos poucos a se tornar também obrigatória em diversas províncias do Brasil, a partir da década de 1830. Ao legitimá-la, o dispositivo da obrigatoriedade funcionaria como estratégia e produziria positivities, ou seja, seu caráter compulsório tratava de atingir e gerir a população dos pequenos, de modo a equipá-la com os códigos mínimos do mundo civilizado, e com os efeitos disciplinares correlatos (Almeida, e Limeira, 2013).

Os vestígios a respeito do público das escolas são escassos, fragmentados, desproporcional ao interesse manifesto pelos historiadores da educação por saber quem eram, onde moravam, de que grupos sociais e econômicos faziam parte, qual a idade daqueles meninos e meninas, qual a identidade étnica de cada um (negro, branco, mestiço), a que vínculo político-jurídico pertenciam, eles e seus pais (livres, escravos, votantes, eleitores), etc.

Sabe-se que havia prioridade para a escolarização da população urbana, e isso se vê por conta de uma distribuição desigual das escolas públicas e particulares entre as áreas centrais e periféricas da Corte Imperial (Pasche, 2014). Mas isso não significa afirmar que somente os meninos e meninas residentes das áreas urbanizadas da Corte Imperial receberam Instrução Pública ou particular, e menos ainda que somente os filhos das famílias abastadas e brancas puderam aprender a ler, escrever e contar nos colégios, ou com mestres particulares.

No Oitocentos, a instrução primária foi entendida como o nível mais necessário e importante no fenômeno de escolarização. Nas prescrições da lei e nos discursos da época era defendido que este nível deveria destinar-se ao conjunto da população livre, e isso incluía meninos e meninas pobres ou ricos, provenientes de diversos ambientes familiares, de diferentes situações econômicas: médicos, vendedores ambulantes, pescadores, proprietários, barbeiros, funcionários públicos, pequenos ou grandes comerciantes.

A instrução era forjada como um dos direitos fundamentais de garantia individual dos cidadãos brasileiros e um dever do Estado pela

Constituição de 1824. E esta mesma legislação definia a abrangência e os limites do que se compreendia por cidadania e de quem se compreendia por cidadão. No caso, os critérios fundamentais para o exercício dos direitos de cidadania (civis e políticos), passavam pela posse de atributos como liberdade (não condição de escravidão) e propriedade (renda), a partir dos quais estava excluída a maior parcela da população do Império: os escravos. Na lei não havia interdição de caráter étnico (negro, branco, mulato, mestiço, pardo, judeu, oriental, índio), cultural, econômico ou social (rico, pobre) para o ingresso dos alunos e alunas nas escolas públicas ou particulares. A Reforma de 1854 (Regulamento da Instrução Primária e Secundária da Corte Imperial) apropriou-se do estatuto jurídico-político (livre ou ingênuo, liberto ou forro, escravo ou cativo) declarado na Constituição do Império e negou, porém, aos escravos o acesso à Instrução Pública e particular (e crianças com doenças contagiosas, e as não vacinadas).

No contexto (1854), a obrigatoriedade escolar foi instituída para o público entre 7 e 14 anos, e opcional para criança de 5 e 6 anos. Algumas décadas depois, em 1879, o Ministro dos Negócios do Império, Leôncio de Carvalho, advogava pela liberdade de escolha das instituições escolares por parte das famílias e dos cidadãos, mas também propugnava a obrigatoriedade do ensino primário para todas as crianças entre 7 e 14 anos de idade (com exceção apenas para os meninos que habitassem a mais de um quilômetro das escolas).

### **Escolas e sujeitos: mapas de matrícula e anúncios publicitários**

Há uma série extensa e variada de documentos escritos cujas funções eram fiscalizar, organizar, classificar, administrar, selecionar e quantificar os sujeitos e as suas experiências escolares. Registros e ofícios de inspeção, cadernos de infrações, mapas de frequência, livros de matrícula, atas, boletins, avaliações com notas, diários de classe, livros de ponto de professores. De acordo com o Regulamento da Instrução Primária e Secundária da Corte Imperial, de 1854, no seu Capítulo X intitulado "Inspeção e governo das escolas", Artigo 91, a tarefa de fiscalização das instituições públicas e privadas de ensino a partir das suas experiências

cotidianas e dos documentos resultantes das mesmas, seria realizada por meio de sujeitos que ocupavam funções inscritas numa hierarquia própria: no nível mais local (freguesias) estavam os inspetores paroquiais, seguidos dos inspetores e conselheiros municipais, dos inspetores gerais da província, do presidente da província e, por fim, do ministro dos negócios do império (pasta na qual estavam subordinados os assuntos da educação). Os inspetores locais deveriam “Enviar ao conselho, no fim de cada trimestre, uma comunicação do estado das escolas a seu cargo, acompanhada de mappas contendo o numero de alumnos respectivos, com observações a respeito do gráo de aproveitamento de cada um (Artigo 91, § 10)”.

Por sua vez, reunindo aqueles dados, o inspetor geral deveria reme-tê-los ao presidente da província através de um “relatorio sobre o estado da instrucção primaria (...) juntando mappas do numero das escolas, dos professores, dos discipulos de cada uma d’ellas” (Artigo 112, § 9). Como se observa, havia uma engrenagem que fazia funcionar instrumentos dispersos, variados e hierarquizados no intuito de dar a ver e legitimar a escolarização e seus efeitos.

Assim, a correlação das fontes aqui trabalhadas (relatórios ministeriais, mapas de escolas e colégios, anúncios, ofícios) pretendem deixar ver um pouco mais acerca desta problemática. E o que se observa nos documentos manuscritos do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), tratando especificamente dos alunos das escolas públicas e particulares, os Mappas Trimestrais, são vestígios diversos, mas, dispersos.

A legislação estabelecia o que deveria estar registrado nesses mapas, cuja verificação era atribuição dos inspetores. No entanto, vários pesquisadores têm localizado registros que extrapolavam os definidos na prescrição legal, entendendo-os como recursos de comunicação docente (Dias, 2013). Exemplo disso são os trabalhos de Cynthia Veiga (Veiga, 2005), Diana Vidal (Vidal, 2008), Amália Dias (Dias, 2013), Jordânia Guedes (Guedes, 2008), Natália Gil (GIL, 2013), entre outros.

Alguns destes mapas eram elaborados com dados mais completos, indicando inclusive o rendimento do aluno na vida escolar, outros, apenas algumas informações mais básicas. Geralmente, aparecia idade,

nome das crianças e de seus pais (ou responsáveis, tutores, padrinhos), endereço, comportamento, datas de matrícula, números de alunos (internos, meio-pensionistas, externos), graus de instrução, naturalidade, aplicação e faltas, notas, disciplinas estudadas, livros ou compêndios adotados.

A partir destes registros, os sujeitos sociais tornavam-se sujeitos escolares, nasciam ali o aluno ou aluna, não mais o menino ou a menina, mas sujeitos documentados formalmente como escolares, cuja vida, saúde, doença, morte, afastamento(...) deveriam ser institucionalmente memorizados, processados, publicizados. Tornados obrigatórios a partir do regulamento de 1854, os mapas de matrícula serviam para controle da frequência dos alunos e professores e, conseqüentemente, ao ser remetido às instâncias da administração do ensino, para controle, quantificação e diagnóstico deste fragmento da população no país. Posteriormente, na Reforma Leôncio de Carvalho, de 1879, os mapas apareciam mais uma vez também relacionados ao controle de frequência, tendo reforçada sua periodicidade e atualidade, indicando que os mesmos fossem remetidos a cada três meses, como constava no regulamento de 1854. A partir das informações nele descritas, os professores estavam sujeitos à punição caso se constatasse que os mesmos não sinalizaram às autoridades da instrução a pouca frequência de seus alunos: “sendo advertidos da pouca frequência dos alumnos á escola ou regularidade do ensino administrado particularmente, á vista dos mappas organizados nas escolas publicas (...) salvo caso de molestia ou outro justo impedimento” (Decreto 7247, 1879).

De acordo com Diana Vidal, os mapas estatísticos despontaram, no início do século XIX, “como dispositivos de governo, fundando-se em uma prática escriturística que, ao mesmo tempo, nomeava, classificava e hierarquizava os sujeitos e a realidade social” (Vidal, 2008, p.43). Neste sentido, é preciso questionar a constituição dos mapas, interrogando sobre o interesse por “conhecer” os alunos a partir dos descritores que punham em cena.

Este era um dispositivo de conhecimento, de classificação, de identificação, de representação a partir do qual, a massa escolarizável poderia ser conhecida:

The image shows an open, aged manuscript book with handwritten text in a grid format. The pages are yellowed and show signs of wear. The text is written in a cursive script, likely Portuguese. The grid consists of several columns and rows, with some cells containing numbers and others containing names or descriptions. The book is bound in the center, and the pages are slightly curved. The overall appearance is that of a historical document, possibly a school record book or a ledger.

Fonte: AGCRJ, Códice 12.4.2, 1869.

O exemplo que se viu refere-se à fotografia do Mapa das aulas do ensino primário oferecidas pela Irmandade de Nossa Senhora de Copacabana que apresenta o nome dos alunos, as matérias ensinadas (leitura, escrita e aritmética), as suas faltas (com ou sem licença médica) e observações (com notas sobre comportamento, aprendizagem ou permanência na instituição). O mapa contabilizou um total de 236 alunos em 1868. Entre eles, havia 99 alunos que recebiam gratuitamente a instrução secundária, por serem pobres, e 137 alunos pagantes. Quando se tratava de aulas ou colégios particulares, os mapas apresentavam os números de alunos separadamente, entre pagantes e gratuitos, seja porque o Estado Imperial financiava a permanência dos alunos pobres naqueles estabelecimentos particulares (por meio das subvenções, como veremos adiante), seja porque os estabelecimentos gostavam de “ostentar” diante

das autoridades do ensino no país sua generosidade com a grande e nobre causa social da instrução.

Somados aos mapas de matrículas, havia os livros de matrícula que, ao contrário dos primeiros não deveriam ser remetidos aos inspetores, embora estivesse previsto na lei que fossem examinados nas visitas de inspeção. No Regulamento de 1854, a indicação é que os mesmos constituíam-se material da escola que deveria servir para registrar o movimento dos alunos na instituição para organização do próprio professor e certificação das autoridades do ensino, como consta em seu Capítulo VII, Intitulado “Regimen das escolas; obrigações respectivas do professor”: “Deve ter um livro de registro dos alumnos que se matricularem na sua escola, especificando a época das matrículas, nome dos matriculados, nomes e profissões de seus paes, ausencias da escola, e notas mensaes de adiantamento de cada um dos discipulos, até o dia da sahida, declarando se sahiram promptos ou se foram retirados ou despedidos (Artigo 69).”

Como observa Natália Gil, na antiga província do Rio Grande do Sul tais apontamentos reportavam à caracterização pessoal do aluno: idade, cor, condição de escravo, traços físicos, dente cariado, nacionalidade; à filiação: nome do pai, ocupação profissional, condição de analfabeto, nacionalidade; à moradia: endereço, condições da casa, telefone etc.; ao desempenho escolar: classe à qual pertence, se é inteligente, comportamento na escola, conteúdos escolares que já sabe (Gil, 2013).

Inobstante a importância de tais registros para a historiografia da educação, os livros de matrícula são mais difíceis de serem localizados, talvez em razão de sua guarda e manutenção ter sido responsabilidade das escolas, ao contrário dos mapas que obrigatoriamente eram remetidos à inspetoria da instrução. De fato, parece que este material se perdeu com o tempo visto que, comparados ao conjunto significativo de mapas disponíveis no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, eles são raridades.<sup>2</sup>

---

2 Há uma lista bastante longa de códices compostos por Mappas escolares no AGCRJ, Série Instrução Pública. Os que se referem ao ensino particular são: Códice 12.4.16, 12.4.7, 12.4.8, 12.4.9, Códice: 11 – 4 – 11, Códice: 12-4-1, Códice: 15.1. 14, Códice 12.4.13, Códice 12.4.12, Códice 11.2.4, Códice 11.2.1, códice: 11.1.4, Códice: 15.1.13, Códice 11.2.1, códice: 11.1.4, Códice: 12-4-2, Códice 12.4.3, Códice 12.4.4,

Estes livros, por sua característica mais amplamente descritiva da condição do aluno e aluna daquelas escolas, poderiam contribuir com os esforços mais recentes da historiografia da educação, interessada em esquadrihar a diversidade das experiências nos processos de escolarização (formal) e práticas educativas (informais) no século XIX. Apesar de todos os limites quanto às fontes documentais, são muitas as experiências já apresentadas, como o curso noturno oferecido pela Biblioteca Pública Pelotense (entre 1875-1915), no qual foi possível identificar a presença de um público “preto” e “pardo” masculino (Peres, 2002). Ou mesmo o colégio particular da Corte Imperial, na freguesia do Sacramento, onde um professor autodesignado “preto”, cujo funcionamento se deu entre 1853 e 1873, com autorização da Inspetoria Geral da Instrução Pública, conforme regulamenta a lei de 1854 (Reforma Couto Ferraz), atendendo meninos “pretos e pardos”. Somada a essas, a experiência escolar da “preta” Felismina no Rio de Janeiro do Oitocentos também é dada a ver por Alessandra Schueler, Irma Rizzini e Jucinato Marques (Schueler, Rizzini, e Marques, 2014). Nem de longe tais experiências se limitavam ao caso das províncias do sul e sudeste no Brasil. Evidência disso é o trabalho da pesquisadora Adriana Silva, a partir do qual tencionou demonstrar, para o caso da antiga província de Pernambuco, que o público discente da província de Pernambuco foi diversificado tanto do ponto de vista social, quanto étnico (Silva, 2008, p.270).

Portanto, é possível constatar que a cor, condição jurídica (livre, escravo, liberto) ou pertencimento étnico de homens, mulheres, meninos e meninas daquele tempo pode ter significado um problema para sua escolarização formal. No entanto, havia de fato uma significativa parcela daquela população presente nos espaços públicos e particulares de educação, experimentando relações sociais e culturais como professores ou alunos.<sup>3</sup> Até porque, deve ser considerado, igualmente, o significativo número de iniciativas sem caráter formal (institucionalizado) ou oficial

---

Código: 14.2.13, (subvencionada), Código: 14.2.11 (subvencionada).

3 Também é possível observar o desenvolvimento de intensos debates e políticas indigenistas, pelas quais os índios do Brasil Império deveriam estar integrados ao projeto de construção de uma nação civilizada. O que envolve considerar, o mundo do trabalho, da instrução, dos valores culturais (Gondra e Schueler, 2008).

(mantido pelo público) através das quais inúmeros sujeitos, com os mais diversificados pertencimentos, foram instruídos nas habilidades da leitura e da escrita. Neste caso, as experiências religiosas, como as escolas dominicais, o ensino das letras nas lojas maçônicas, a leitura bíblica nas escolas protestantes, os cânticos, mitos e solenidades da cultura africana, entre outras, denotam o alcance ainda imensurável do projeto de derramamento das luzes da instrução, da disseminação das habilidades da leitura e da escrita. Ilustrativo, neste caso, são as missões católicas, cujo investimento foi, também, a comunidade indígena.

Na seção em que descreviam as repartições públicas do Império brasileiro, o Almanak Laemmert destacou nos seus anúncios publicitários:

Missões. – No Brasil, onde ainda existem vastos sertões habitados por índios salvagens, não pode ser desconhecida a importância das missões por sacerdotes, que não poupam fadigas para chamar ao rebanho cristão aqueles infelizes sepultados nas trevas da mais completa ignorância.

Côncio desta verdade o Rev. Bispo do Pará solicitou a ida de alguns missionários para sua diocese; mas o prefeito dos capuchinhos, ao qual dirigiu-se o governo nesse sentido, declarou não ser possível, por falta absoluta de padres, atender ao pedido.

À vista desta declaração o governo recomendou á nossa legação em Roma que procurasse obter, pelo menos, vinte missionários, para serem convenientemente distribuídos pelas províncias.

O Rev. Bispo do Pará assim se expressa:

“Se eu tivesse alguns missionários, que percorressem as paróquias de tempos em tempos, que reunissem o povo de cada localidade durante 15 ou 20 dias, e lhe ensinassem os dogmas e a moral do cristianismo, muitos escândalos e immoralidades cessariam, muitos braços inutilizados pela preguiça se empregariam na lavoura, e muito se adianaria por este meio a obra da civilização.”

Accrescenta o mesmo prelado que os capuchinhos, ainda que excelentes, não podem encarregar-se de toda a missão do Brasil, pois uma só ordem religiosa, por mais numerosa, não pode fornecer o pessoal necessário para tão extensos trabalhos; mas que tendo fallado em Roma ao superior dos redemptoristas (congre-

gação de padres seculares, fundada no século passado por Santo Affonso de Ligouri), soube que esses sacerdotes, em cuja ilustração e espírito evangelico confia, estão dispostos a vir ajuda-lo em sua difficultosa tarefa, e offerece-se para alcançar da dita congregação, ou de alguma outra semelhante, seis ou oito missionários, se lhe for prestado o necessario auxilio.

A população da freguezia de S. José de Leonissa, na província do Rio de Janeiro, colheu grandes benefícios da missão, em que alli estiverão de 20 de Setembro a 29 de Outubro ultimo os Revs. Capuchinhos Fr. Gaetano de Messina, vantajosamente conhecido por seu zelo, dedicação e importantes serviços, e Fr. Egydio de Garajo, que também se tem distinguido pela promptidão com que sempre acode ao serviço da religião e do Estado. (Fonte: LAEM-MERT, Almanak, 1870, p.135-136.)

Trata-se de alguns registros sobre as missões religiosas na década de 1870. Considerando a vastidão do território nacional, se via como importantíssima a atuação dos sacerdotes para “chamar ao rebanho christão aquelles infelizes sepultados nas trevas da mais completa ignorância”. De acordo com o relato, “o governo recomendou” às autoridades romanas que enviassem representantes com este fim, pois seria indicado reunir periodicamente as pessoas das localidades mais afastadas (não necessariamente indígenas?) a fim de ensiná-los os “dogmas e a moral do christianismo” para que se adiantasse a “obra da civilização”.

Ao lado das missões religiosas, as agremiações, associações e sociedades particulares, leigas ou religiosas, foram mobilizadas por alguns políticos, médicos, advogados, professores públicos, fazendeiros, abolicionistas, comerciantes, estrangeiros, para engrossar a campanha pela instrução. Integrando um movimento geral que proclamava a necessidade de disciplinar e “moralizar” a população pobre da cidade, tais empreendimentos revelavam não apenas o dinamismo, a diversidade e a complexidade das propostas educacionais, mas, sobretudo, a existência de diálogos e alternativas aos projetos defendidos pelos dirigentes do Estado. Algumas dessas agremiações criaram escolas, asilos, recolhimentos, aulas noturnas, cursos avulsos, destinados às crianças, aos jovens e adultos pobres (Martinez, 1999).

Um das entre as incontáveis agremiações localizadas na Corte Imperial foram a Sociedade Amante da Instrução, Associação Municipal Protetora da Infância Desvalida, Sociedade Propagadora da Instrução pelas Classes Operárias da Lagoa, Associação Protetora da Infância Desamparada, Externato da Imperial do Divido Espírito Santo da Lapa. Esta, localizada na freguesia da Glória, recebeu um total de 76 alunos, de acordo com seu mapa de matrícula que aparecia no relatório do presidente da província:

**Externato da irmandade do Divino Espírito Santo da Lapa,  
rua da Lapa n. 48**

Numero dos alumnos que freqüentaram  
o estabelecimento no anno de 1871-76:

|   |    |
|---|----|
| Menores de 7 annos  | 10 |
| Ditos de 14 annos   | 62 |
| Brazileiros   | 71 |
| Estrangeiros  | 5  |
| Caibolicos  | 76 |
| Numero dos que estudaram as matérias seguintes:<br>portuguez 76, historia do Brazil 15, arithmetica 15. |    |

Fonte: RELATÓRIO do Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1872, p. 4.

O quadro, que faz referência aos anos de 1871 a 1876, contabiliza um público quase exclusivo de alunos brasileiros e católicos, como se vê. A Sociedade Amante da Instrução publicou no *Almanak Laemmert* seu estatuto como propaganda dos seus serviços:

Imperial Sociedade Amante da Ilustração.

A Sociedade foi fundada em 5 de Setembro de 1829; faz as suas sessões em todas as quartas feiras, das 6 ás 9 horas da tarde, na sua casa, largo d’Ajuda, esquina da rua de Santa Luzia. Na mesma casa sustenta ella uma aula de meninos, e mais duas de meninas, uma no becco dos Carmelitas n.º 3, e outra na rua da Imperatriz n.º 36. A terça parte dos lugares de cada uma d’estas aulas é destinada para os filhos dos Sócios, e as outras duas partes para os pobres. (Fonte: LAEMMERT, Almanak. 1874, p.207.)

Sustentando aulas de meninas e meninas, filhos dos seus sócios e

pobres, a instituição oferecia o ensino como uma de suas práticas fundadoras. Seus “pobres” não estão identificados, mas o registro colabora para ficar apontada a amplitude do conjunto de experiências de escolarização no dezenove, o que interessa mesmo destacar.

Neste sentido, como os vestígios são escassos e um grande conjunto de experiências não formais de ensino e aprendizagem deixou de ser registrada ou teve sua memória apagada sem a guarda de vestígios pelos arquivos, historiar os caminhos e identidades daqueles sujeitos que frequentaram os espaços educativos no dezenove se torna tarefa árdua.

### **Subvenções: procedimentos, registros e seleção de um público específico**

A diversidade na oferta do ensino na Corte Imperial pode ser um elemento importante para pensar a presença ou perfil do seu público, haja vista a enorme quantidade de estabelecimentos que, apesar de serem pagos, recebiam alunos pobres gratuitamente. Eram muitos os estabelecimentos, como o Collegio do Padre Venerando, que recebiam meninos ou meninas nas suas aulas como pensionistas (eram 5 vagas), meio-pensionistas (mais 5 vagas) e externos (20 vagas) sem que os mesmos pagassem as mensalidades. No caso dos estabelecimentos religiosos, a perspectiva assinalada poderia ser a da caridade, mas este fato não se tratava de uma exclusividade da malha privada religiosa. Sem negar que estas iniciativas também abraçaram a causa da educação, somando forças com o Estado é possível que tal mostra de generosidade fosse considerada uma moeda de troca nas relações necessárias que os comerciantes da instrução estabeleciam com as autoridades. Ou seja, como havia uma rígida normatização que organizava o ensino, autorizando a licença de funcionamento dos colégios periodicamente, fornecendo título de habilitação para o magistério, fiscalizando as práticas pedagógicas, os proprietários e professores daqueles colégios poderiam supor como agradável aos olhos do poder público a iniciativa de promover a instrução para população pobre – entendida como um conjunto ameaçador, a ser moralizado, disciplinado, instruído, controlado, governado (Pasche, 2014).

O fato significativo que interessa destacar é que o próprio Estado

Imperial legitimou e financiou a prática da oferta gratuita do ensino particular aos meninos e meninas pobres da Corte Imperial. Os primeiros registros acerca das práticas formais de subvenção pública a estabelecimentos particulares, confessionais ou laicos na Corte Imperial, datam de período posterior ao decreto que estabelece o Regulamento de 1854, segundo o qual (Artigo 57º) os menores de 12 anos, encontrados “vagando pelas ruas da Corte”, em estado de pobreza ou “indigência”, deveriam ser matriculados nas escolas públicas ou particulares subvencionadas pelo Estado. O Decreto 7247 de 19 de Abril de 1879 (Reforma Leôncio de Carvalho) reafirma as medidas de subvenção a estabelecimentos particulares. Portanto, estas prescrições indicam a seleção de um público escolar específico para recebimento do benefício da instrução financiada pelo Estado Imperial: pobres, indigentes, abandonados, vagabundos...

Como deixam evidentes as fontes pesquisadas, as subvenções eram concedidas a partir de justificativas bastante recorrentes: distância muito acentuada da localidade em que estava situada a escola pública e o número elevado de meninos e meninas em estado de pobreza (que estavam deixando de ser atendidos pelas escolas públicas por conta do excesso de alunos já matriculados naqueles espaços). Os ofícios que relatavam problemas referentes à escola pública como justificativa para solicitação do benefício de subvenção dos cofres governamentais apontavam sua ausência na referida freguesia, a demasiada distância que a mesma se encontrava, o difícil acesso a ela ou, ainda, a falta de vagas naquelas que estavam em funcionamento.

Grosso modo, conforme queriam deixar ver os documentos investigados, o procedimento de solicitação/concessão da subvenção passava pelas mãos de algumas figuras de autoridade submetidas à hierarquia da administração da Instrução Pública, como Delegados, Inspetores, Conselheiros, Secretários, Ministros, membros da Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte (IGIPSC). Os pedidos dos proprietários dos colégios e/ou professores eram encaminhados aos Delegados das freguesias, junto com os comprovantes que justificavam a solicitação.

Assim, havia uma outra lógica na gestão do ensino, que se somava àquela de quantificação e identificação do seu público frequente: era

preciso classificar, quantificar, levantar, organizar e gerir o potencial público escolar que estava fora da escola. Não bastava transformar em números os alunos e alunas que frequentavam o ensino nas escolas públicas e particulares do ensino primário, conhecendo sua vida, sua idade, sua cor, seu rendimento. Era preciso também levantar os que não as frequentavam.

Nos documentos relacionados à subvenção, como mappas de matrículas, ou abaixo-assinados de moradores, responsáveis e autoridades políticas ou religiosas locais, deveria estar registrada e garantida a frequência de, no mínimo, 10 meninos ou meninas pobres. Na contabilidade do Estado Imperial, o valor concedido como benefício mensal seria proporcional ao número de crianças atendidas por aqueles estabelecimentos do ensino particular, embora também estivessem sendo incluídas nos cálculos as diferenças de custo para manter o aluguel da casa ou prédio escolar, dependendo da localidade em que os mesmos estivessem situados – se em freguesias de dentro (urbanas) ou de fora (rurais). O menor valor foi de 30 mil Réis mensais (em 1874), ao colégio particular de Maria Gertrudes, na freguesia urbana do Engenho Novo (não se sabe a quantidade de alunos que a professora atendia). Já o maior valor concedido como subvenção foi de 150 mil Réis mensais, em 1875, ao curso noturno de ensino primário e ofícios para crianças, jovens e adultos (a partir de 6 anos de idade) à Sociedade Propagadora da Instrução às Classes Operárias da Lagôa, também localizada em freguesia urbana.<sup>4</sup>

De acordo com as pesquisas realizadas por Alessandra Schueler, no ano de 1872, inscreveram-se nas aulas oferecidas pela referida sociedade 168 alunos. Entre as profissões declaradas, destacam-se as de capoeiro, pedreiro, carpinteiro, marceneiro e caixeiro, embora muitas crianças e jovens trabalhassem no mercado ambulante como “moleques de recado”, vendedores de folhas, ou em atividades domésticas, muitos foram classificados como “estudantes”. As diferenciações entre os “operários” matriculados no curso noturno da Sociedade Protetora não se restringiam às faixas etárias. No Relatório do ano de 1883, havia um Mapa Estatístico da frequência onde se registrou um total de 267 alunos,

---

4 AGCRJ, Códices 11-3-40 e 15-3-6.

sendo 165 adultos, entre 13 e 50 anos, e 102 menores, entre 6 e 13 anos. Entre os alunos matriculados, havia 2 espanhóis, 61 portugueses e 202 brasileiros, sendo 11 escravos entre os brasileiros (Martinez, 1999).

Como as demais, a Sociedade Propagadora da Instrução pelas Classes Operárias possuía o objetivo de educar os populares no culto ao trabalho e ao progresso das artes e das ciências, inserindo-as como objeto de seu projeto civilizador. Como era o caso da irmandade religiosa de Nossa Senhora de Copacabana, a quem o Estado concedia uma subvenção mensal de 100 mil Réis, correspondente ao atendimento de 15, 20 ou 30 crianças para oferta do ensino primário gratuito (variando os números de acordo com a época). A “Escola Gratuita da Irmandade de N. S. Copacabana” integrava a Delegacia da Instrução da freguesia de “São João Baptista da Lagôa”, a quem encaminhava os Mapas de Matrículas trimestrais, com registros dos alunos. O que segue, relaciona um total de 18 alunos do curso primário gratuito e data do ano de 1879:

“Numero de alunos que indistinctamente frequentaram o estabelecimento”:

|                           |    |
|---------------------------|----|
| Menores de 7 annos .....  | 0  |
| Menores de 14 annos ..... | 18 |
| Menores de 21 annos ..... | 0  |
| Brasileiro.....           | 17 |
| Estrangeiro .....         | 1  |
| Catholico.....            | 18 |

“Numero dos que estudaram instrucção primaria”:

|                           |    |
|---------------------------|----|
| Menores de 7 annos .....  | 0  |
| Menores de 14 annos ..... | 18 |
| Menores de 21 annos ..... | 0  |
| Brasileiro.....           | 17 |
| Estrangeiro .....         | 1  |
| Catholico.....            | 18 |
| Acatholico.....           | 0  |

O quadro geral de frequência desta associação se diferenciava bas-

tante da anterior, visto que o atendimento era quase exclusivo às crianças e jovens brasileiros, havendo a frequência de 1 estrangeiro apenas, bem como no que se refere a idade, visto que não havia alunos menores de 7 anos, nem maiores de 14 anos. Um outro detalhe também salta aos olhos, que é o fato de não haver frequência no estabelecimento subvencionado pelo Estado de nenhum aluno "acathólico", o que também pode ser indício da existência de outros critérios de seleção.

A demanda pela educação escolarizada se legitimava socialmente a partir de diversas frentes, tanto a população reclamava por vagas nas escolas públicas ou por subvenção nos colégios particulares, quanto o comércio da instrução de expandia, contando muitas vezes, com a colaboração do Estado para seu desenvolvimento. Assim, as autoridades defendiam cada vez mais a necessidade de viabilizar um projeto de escolarização amplo, acessível a todos os meninos e meninas pobres, ignorantes, órfãos, perdidos, desamparados, abandonados, deficientes. Neste caso, imagina-se que a subvenção se sustentava como um projeto político, mas também por conta das redes de sociabilidades estabelecidas entre as autoridades na administração pública do ensino e as iniciativas.

Naquele cenário, a também religiosa Irmandade de Nossa Senhora da Conceição partilhava dos investimentos públicos às iniciativas particulares. Tendo sido aprovada sua solicitação em 1871, o ofício comenta o momento de sua instalação (AGCRJ, Códice 12.3.34, 1873, p.136). Para que os trabalhos da Irmandade começassem naquele mês e ano de inauguração da escola, o Estado Imperial expandiu seu financiamento mensal no valor de 80 mil Réis com uma doação complementar, contando que assim, os alunos pobres pudessem ter atendidas algumas necessidades básicas (AGCRJ, Códice 15.3.6, 1872, p.2 e Códice 12.3.34, p. 137). A instrução primária se constituía como uma das formas de amparo promovidas pela associação, com apoio do governo, para auxiliar aos jovens pobres daquela localidade, mas não a única, como se vê. A vultosa quantia de 500 mil Réis serviria para tornar mais digna, "decente e simples" a forma daqueles alunos de frequentar o espaço escolar (AGCRJ, Códice 15.3.6, 1873, p.5). Entretanto, a quantia doada em dinheiro não era a única espécie de apoio e entrelaçamento que a instituição religiosa estabelecia com o Estado Imperial, porque, há registros de outras modalidades de auxílio prestados

pelo poder público, como doação de materiais para o funcionamento administrativo e pedagógico da instituição (AGCRJ, Códice 15.3.19, 1876, p 21). Neste caso, a doação dos livros de matrícula e dos compêndios para ensino dos alunos na instituição somava-se a outras formas de auxílio do governo que se estendeu às diversas instituições religiosas, católicas ou não, laicas, formais e informais, enquanto elas preenchiam a ausência temporária do braço público em determinada localidade.

A pobreza “comprovada” era uma justificativa mais usada para legitimar os pedidos de subvenções feitas por muitos professores particulares naquele tempo. A partir do propósito de fazer ser derramada a civilização e o progresso com as luzes da instrução, o Estado abraçava as diversas iniciativas particulares, amparando-as de maneiras diferentes, independente dos pertencimentos das mesmas, como era o caso da loja maçônica que mantinha aula noturna para alunos de Resende:

Tenho presentes mappas de 46 estabelecimentos para o sexo masculino e 37 para feminino. Há entre elles quatro escolas mixtas e cinco nocturnas, sendo uma dellas a da loja Firme União, em Campos, com 148 alumnos, e outra, a da cidade de Rezende, estabelecida pela sociedade beneficente Lealdade e Brio, e que é hoje subvencionada em virtude de decreto legislativo. (Fonte: Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1885, p.5.<sup>5</sup>)

Ao longo da segunda metade do século XIX, os processos de subvenção estavam bastante disseminados na Província do Rio de Janeiro e, algumas vezes, o número de escolas subvencionadas era maior que o número de escolas públicas, como acontecia na cidade de Capivari (com 3 escolas públicas para meninos e 9 subvencionadas) e Itaboraí (com 10 públicas e 12 subvencionadas) (RELATÓRIO do Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1885, p.4). Portanto, a hipótese apresentada vai se

---

5 A loja Maçônica Lealdade e Brio recebeu em 1998 uma Moção de Congratulações da ALERJ “em razão dos relevantes serviços prestados à sociedade fluminense e, em especial, à comunidade onde está sediada, com a implementação de projetos e ações no âmbito social, decisivos para o desenvolvimento municipal e, por conseguinte, do Estado do Rio de Janeiro”. (Disponível em <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro.nsf/96e3a0825d4c216b0325653200648945/55738a8809147fc5032565fa00670f8d?OpenDocument>).

consolidando na medida em que a diversidade de experiências escolares inscrita na malha privada de ensino se evidencia: o público escolar que frequentou aqueles estabelecimentos foi tão diverso quanto sua oferta, seus preços, estrutura e funcionamento.

Tanto quanto considerar que havia colégios particulares de todos os tipos – caros e com arquitetura de grande porte ou baratos, adaptados aos espaços possíveis, com pequena estrutura – e escolas públicas espalhadas pelas freguesias urbanas e rurais da cidade, é mister vislumbrar a subvenção como uma canal de acessibilidade de uma população pobre e, portanto, marginalizada politicamente, aos processos educativos formais. Neste caso, inscrita no conjunto “população pobre e marginal” estava um grande número de filhos e filhas de pequenos comerciantes, índios, pescadores, protestantes, lavadeiras, brancos, órfãos, brasileiros, filhos do “ventre livre” de mulheres escravas (a partir de 1871), espíritas, ambulantes, pintores, estrangeiros, pretos...

Preto e pobre como se auto-definiu o professor Pretextato dos Passos Silva, com “mais de 20 anos de magistério”, que em julho de 1873 comunicou ao Inspetor Geral seu afastamento da escola particular que mantinha, por motivo de doença e quando retornou, os pais das crianças as retiraram para tratá-las da “epidemia reinante”. Com isso, havia ficado sua escola “com número reduzido” de alunos e, conseqüentemente, sem o pagamento, atrasou o aluguel da casa em dois meses. Justificando o ofício, pede então para abrir outro colégio particular “num lugar denominado Campinho (em Cascadura), onde não existe uma só escola pública ou particular”. Somada à autorização de abertura do referido colégio, o professor requeria subvenção mensal para auxílio dos aluguéis da casa, e, uma vez aprovada, garantia sujeitar-se “a receber o número de alunos pobres que for marcado para o ensino gratuito, cujos pais provarem a extrema pobreza” (AGCRJ, Códice 12.4.4, 1873). Desde o ano de 1853, portanto, este preto exercia o ofício do magistério com autorização da Inspeção Geral da Instrução e isso significa que o mesmo também foi aluno um dia, tendo sido instruído em algum espaço escolar formal ou informal, público ou particular, gratuito ou pago. Como ele, outros talvez...

O delegado, responsável pela área da Ilha do Governador, respondia ordem do Inspetor informando-o que a professora subvencionada, Ade-

lina Patagiba (falecida quatro anos mais tarde, em 1884), recebia no dia da visita oficial, realizada em agosto, 45 meninas nas aulas do ensino primário em seu colégio. E, meses mais tarde, comunicava que presenciou a frequência de 55 moças e mais 3 rapazes. Todo o público de 53 alunos, com exceção de apenas 5, era constituído por filhos e filhas de pescadores e escravos libertos – antigas propriedades do Mosteiro de São Bento (AG-CRJ, Códice 11.3.40, 1880). O próprio Mosteiro de São Bento que realizava em seu espaço aulas do ensino primário gratuito para meninos e meninas pobres pode ter permitido a frequência de filhos pretos de seus escravos, ou pretos do ventre livre. Como estas iniciativas não estariam burlando a lei, que negava o acesso às escolas públicas e particulares aos escravos, aquela professora da freguesia da Ilha do Governador, o Mosteiro de São Bento e diversas outras iniciativas poderiam manter em funcionamento, com subvenção pública ou não, colégio particular recebendo meninos e meninas pretos gratuitamente para oferta do ensino primário.

Ao lado do ensino primário para filhos de militares em guerra (não necessariamente pobres ou órfãos) havia o ensino de formação religiosa para meninos também em condições financeiras precárias, que não necessariamente se tornariam padres ou religiosos. No ano de 1866, o Mosteiro de São Bento recebeu mais de 500 alunos, cerca de metade para ensino primário e para o ensino secundário.

E no decorrer de 1880, até o final do Império brasileiro, as subvenções continuaram sendo concedidas aqueles colégios privados da Corte Imperial e do Brasil. Havia 457 colégios particulares (ensino primário) subvencionados pelo Tesouro Nacional em todo o país, no ano de 1888 (Pasche, 2014). Parte do comércio da instrução particular foi fomentada, alimentada economicamente pelas ações públicas no século XIX. Os interesses e as forças do Governo do Estado e do Governo da Casa articulavam-se, teciam alianças e acordos em torno de uma causa comum: a formação do povo.

## **Considerações finais**

Como sei viu, os indícios que dão conta de identificar aspectos relativos a este povo formado pelas escolas, colégios, aulas avulsas, cursos de

instrução estão dispersos em diferentes documentos. Todo aparato erigido para levantar, registrar, controlar, divulgar, selecionar, organizar, distribuir ou quantificar o público escolar deixam rastros a partir dos quais é possível conhecê-lo melhor e, ao mesmo tempo, pensar quão heterogênea era a oferta de instrução. Mas, de tudo que talvez importaria saber (trajetória, cor, pertencimentos, experiências...) do público escolar do Oitocentos no Brasil para ser possível dimensionar melhor a experiência da escolarização, pouco ainda é o que se sabe. Por conseguinte, os indicativos levantados com os investimentos de historiadores da educação não são menos importantes, mas, possibilitam enxergar um cenário educativo no qual diversas experiências, religiosas, laicas, assistencialistas, beneficentes, militares, profissionais, aconteceram.

Se no Oitocentos o que talvez importasse saber do público das escolas era seu número, perfil, filiação, idade, cor e rendimento nos estudos (o que representaria uma demanda, uma adesão ao projeto social de escolarização social), hoje parece importar saber mais e melhor sobre seus sucessos e fracassos, sua permanência no espaço escolar (o que representaria a eficiência da escola). O fato é que ainda se constitui mister pensar, conhecer e divulgar aspectos do público escolar para pensar/afirmar a própria existência da escola na sociedade contemporânea.

A “Campanha Nacional pelo Direito à Educação” e o UNICEF, citados na introdução do artigo, além de apresentarem algumas políticas públicas de enfrentamento da evasão e abandono escolar, realizaram também uma série de “recomendações”. São prescrições, ações, soluções para os “erros” ou “desvios” produzidos pela escola que deve apenas acertar na socialização e humanização dos sujeitos. A principal recomendação relaciona-se às políticas públicas associadas ao que chamaram de “intersectorialidade”. Para eles, somente políticas intersetoriais poderão garantir a inclusão e a permanência dos sujeitos na escola e a aprendizagem do público com potencial risco de abandono do processo de escolarização (crianças e adolescentes com deficiência, meninos e meninas egressos ou em risco de trabalho infantil, abrigadas, pobres, em medidas socioeducativas). Ou seja, entende-se que a solução para a escola manter seu sentido de existência, sua eficácia ela precisa lidar com questões externas trazidas pelo seu público, ela precisa dialogar com a sociedade

da qual faz parte, inventa, modifica, legitima, reforça, supera. A análise se faz, portanto, do público (suas demandas e seus problemas) para a escola. Mas, ainda há tempo de se partir da escola (seus limites, sucessos, insucessos, instrumentos) para o público (suas novas necessidades) e tornar possível novas e mais amplas experiências de aprendizagens, produção de conhecimentos, experimentação cultural...

## Referências bibliográficas

- Almeida, C. B. & Limeira, A. M. (2013). Contra o abysmo da ignorância: o baptismo da instrução! Liberdade de ensino e obrigatoriedade no século XIX e início do século XX. *Revista HISTEDBR On-line*, 13 (52), 90-106. Disponível em <https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/histedbr/article/view/4084/4629>
- Burke, P. (2007). Cultura, tradição, educação. Em Gatti Junior, D. & Pintassilgo, J. (orgs.), *Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de história da educação*. Uberlândia, MG: EDUFU, 13-22.
- Certeau, M. (2007). *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Dias, A. (2013). Os mapas de frequência escolar e a produção dos serviços de fiscalização do ensino no Estado do Rio de Janeiro (1924-1949). *Roteiro*, (Edição Especial), 13-40.
- Faria Filho, L. M., Neves, L. S. & Caldeira, S. M. (2005). A estatística educacional e a instrução pública no Brasil: aproximações. Em Candeias, A. (org.), *Modernidade, Educação e Estatísticas na Ibero-América dos séculos XIX e XX: estudos sobre Portugal, Brasil e Galiza* (pp. 219-238). Lisboa: Educa.
- Foucault, M. (2008). Retornar à História. Em *Ditos & Escritos II. Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Gil, N. (2013). As escolas isoladas no período de implantação do modelo escolar seriado no Rio Grande do Sul. Em *Anais do Encontro da Associação Sul-Rio-Grandense de pesquisadores em História da Educação*-, Pelotas: Asphe.
- Gondra, J. G.; Schueler, A. F. (2008). *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez.
- Guedes, J. R. Q. (2008). "Está escrito". Um estudo dos mapas dos Colégios Particulares da Corte Imperial (1854-1869). Em *Anais do XIII Encontro de História ANPUH – Rio*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Martinez, A. (1999). Educar e instruir: a instrução popular na Corte Imperial. (Dissertação de Mestrado em História). UFF, Niterói.
- Pasche, A. M. L. (2014). *Entre o trono e o altar: sujeitos, instituições e saberes escolares*

*na capital do império brasileiro (1860 a 1880)* (Tese de Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

- Peres, E. (2002). Sob(re) o silêncio das fontes... A trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento das questões étnico-raciais. *Revista Brasileira de História da Educação*, 2 (4), 75-102. Disponível em <http://rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/247/254>
- Prost, A. (2008). *Doze lições sobre a História*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Revel, J. (2010). *História e Historiografia: exercícios críticos*. Curitiba: Ed. UFPR.
- Silva, A. M. P. (2002). A escola de Pretextato dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista. *Revista Brasileira de História da Educação*, 2 (4), 145-166.
- Schueler, A., Rizzini, I. y Marques, J. (2014). Felismina e Libertina vão à escola: notas sobre a escolarização nas freguesias de Santa Rita e Santana. (Rio de Janeiro, 1888-1906) (mimeo).
- Vidal, D. G. (2008). Mapas de frequência a escolas de primeiras letras fontes para uma história da escolarização e do trabalho docente em São Paulo na primeira metade do século XIX. *Revista Brasileira de História da Educação*, 8 (17), 41-67. Disponível em <http://rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/104/114>
- Veiga, C. G. (2005). A produção da infância nas operações escriturísticas da administração da instrução elementar no século XIX. *Revista Brasileira de História da Educação*, (9), 73-108.